

APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS SOBRE AS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS DE ATENDIMENTO À CRIANÇAS COMO ESPAÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Data de aceite: 02/05/2024

Carlene Sibeli Sodré Damasceno Nahum

Universidade Federal do Pará
<http://lattes.cnpq.br/4789483906065775>

Joaquina Ianca Miranda

Universidade Federal do Pará
<http://lattes.cnpq.br/2630702666978240>

Vivian da Silva Lobato

Universidade Federal do Pará
<http://lattes.cnpq.br/8153247121237657>

RESUMO: Trata-se de uma pesquisa historiográfica do campo da História da Educa o, com ênfase no Estado do Pará e na Educa o da Criança, baseada na historiografia existente. O texto analisa o percurso histórico da educa o da criança, especialmente nas institui es educativas como espaços de prote o, tanto em um contexto nacional quanto nas especificidades da região Amazônica, com foco no Estado do Pará. Reconhece-se a escola como um conceito histórico em constante transforma o, desde o período colonial até os dias atuais, refletindo mudanças na concep o social e cultural da infância. Aponta-se que houve uma evolu o educacional marcada por políticas

assistencialistas que eram voltadas para crianças carentes, por muito tempo sob uma perspectiva médico-higienista, e que avançaram por meio de transforma es sociais e lutas por direitos, culminando na compreensão contemporânea da escola como um espaço essencial para a prote o integral das crianças, associada não mais ao assistencialista, mas aos direitos humanos da criança. A história da educa o da criança mostra não apenas os desafios superados, mas também a necessidade contínua de adapta o e aprimoramento, com as institui es educativas, especialmente as escolas, desempenhando um papel crucial na forma o e prote o das futuras gera es.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educa o. Educa o da criança. Institui es Educativas. Escola como espaço de prote o.

HISTORIOGRAPHICAL NOTES ON EDUCATIONAL INSTITUTIONS THAT CARE FOR CHILDREN AS SPACES OF SOCIAL PROTECTION

ABSTRACT: This is a historiographical research in the field of History of Education, focusing on the state of Pará and Childhood Education, based on existing historiography. The text analyzes the historical trajectory of child education, especially in educational institutions as spaces of protection, both in a national context and in the specificities of the Amazon region, with a focus on the state of Pará. The school is recognized as a historical concept in constant transformation, from the colonial period to the present day, reflecting changes in the social and cultural conception of childhood. It is pointed out that there has been an educational evolution marked by welfare policies aimed at needy children, for a long time under a medical-hygienist perspective, and that advanced through social transformations and struggles for rights, culminating in the contemporary understanding of the school as an essential space for the integral protection of children, associated not only with welfare, but also with children's human rights. The history of child education shows not only the challenges overcome, but also the continuous need for adaptation and improvement, with educational institutions, especially schools, playing a crucial role in the formation and protection of future generations.

KEYWORDS: History of Education. Childhood education. Educational institutions. School as a space of protection.

INTRODUÇÃO

A região Amazônica abrange uma extensa área geográfica, caracterizada por diversas realidades socioculturais, constituindo um desafio para os pesquisadores da História da Educação. A diversidade desse território se manifesta através de múltiplos saberes, valores, práticas sociais e educativas. Conforme afirmam Damasceno, Pantoja e Dourado (2023), “[...] habitada por uma população diversa e complexa, distribuída majoritariamente por municípios pequenos, distantes entre si, e com acessos que dependem de transporte fluvial, o que a torna única no imenso espectro de realidades geopolíticas brasileiras” (Damasceno; Pantoja; Dourado, 2023, p. 4). Esta diversidade e complexidade cultural, social e histórica, aliadas à dispersão geográfica, impõem ao historiador o desafio de abordar os estudos dessa região considerando as múltiplas facetas dos sujeitos históricos.

Nesse contexto, ao explorar o campo da história da educação, concentramos nosso enfoque na Educação das Crianças. Os estudos nessa área temática têm se expandido e estabelecido diálogos interdisciplinares, incorporando contribuições da sociologia e psicologia para uma compreensão mais abrangente das novas temáticas. Muitas dessas pesquisas se dedicam à História das Instituições Educativas que atenderam às crianças em diferentes períodos históricos (Damasceno et al., 2021), desempenhando papel fundamental no rompimento dos silêncios históricos sobre práticas, instituições e sujeitos educativos regionais e locais, de forma específica, do próprio reconhecimento da criança enquanto sujeito histórico.

Um ponto crucial no campo da história da educação é destacado por Schueler, citado por Damasceno, Pantoja e Dourado (2023, p. 10), ao apontar que, por muito tempo, a ciência histórica negligenciou a escola como tema de interesse, tornando necessária a aproximação com áreas fronteiriças e temas conexos. Cavalcanti (2022, p. 249-250) corrobora essa perspectiva ao afirmar que para problematizar a escola como objeto de reflexão histórica, é essencial compreendê-la através do olhar da Educação, como uma área de conhecimento vizinha.

Trata-se de uma análise de cunho historiográfico que compreende a História como “um organismo: o que está antes condiciona o que vem depois [...]”, entendendo que, ao nos incumbirmos da produção de um conhecimento historiográfico, nos propomos a reconstrução de um “[...] caminho complexo, não-linear, articulado, colhendo, ao mesmo tempo, seu processo e seu sentido” (CAMBI, 1999, p. 37). Por este motivo, embora a escola como espaço protetivo trate-se de um conceito contemporâneo, compreendemos que este conceito é uma construção histórica que remonta ao período colonial do Brasil, que remete ao avanço da própria concepção social e cultural da criança e de seu papel na sociedade ao longo do tempo.

Para realizarmos essa análise, consultamos a historiografia existente. Nesta perspectiva, foi adotada a abordagem qualitativa por meio de um levantamento bibliográfico, que segundo Galvão (2010), é uma forma do pesquisador “se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além” (GALVÃO, 2010, p.1), sendo possível construir uma nova interpretação de determinado tema por meio da análise do conhecimento coletivo levantado.

Este texto aborda e discute questões relacionadas ao percurso histórico da educação da criança, com ênfase nas Instituições Educativas como espaços de proteção. Ele examina a infância tanto em um contexto nacional quanto nas especificidades da região amazônica, especialmente no Estado do Pará.

EDUCAÇÃO DA CRIANÇA E INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS COMO ESPAÇO DE PROTEÇÃO

A literatura europeia evidencia que é somente na modernidade que se forma um interesse psicológico e uma preocupação moral com a criança, especialmente no campo da educação (Miranda; Reschke; Damasceno; Maia; Lobato, 2023). No cenário brasileiro, esta preocupação foi mais tardia, tendo em vista nossas raízes colonizadoras que colocavam as crianças em condições penosas; as nativas foram colonizadas, as estrangeiras expostas a situações árduas em viagens marítimas até a vida em terra que, quando pobres, eram submetidas ao trabalho pesado, castigos, punições e escravizadas (Miranda, et. al., 2023).

[...] meninos e meninas, estiveram sujeitos ao projeto de construção de uma instrução pública segmentada em níveis sociais. Aos que não foram alcançados pela instrução proporcionada pelo Estado, como os ingênuos, coube a tutela privada de senhores e ex-senhores. Diante desse quadro os filhos livres de escravas não tiveram acesso à educação “primária” proporcionada pelo Estado, ao menos para a província do Pará. Se a grande parte destes menores permaneceram em poder dos senhores de suas mães isto acaba por aproximar a questão da infância desvalida de uma relação privada, de compadrios, domínio senhorial e mesmo de instrumentalização de mecanismos legais, sendo que apenas em 1896 foi instituída uma determinação legal que obrigava os tutores a matricularem seus tutelados em escolas (Lobo, 2020, p. 103).

As ações voltadas ao amparo, cuidado e assistência das crianças pobres paraenses acompanharam nossa história nacional, destacando-se principalmente na segunda metade do período imperial com o “[...] processo emancipacionista e a necessidade de novas formas de arregimentação de mão de obra entre as classes populares e controle social” (Lobo, 2020, p. 89). Neste período, iniciou-se uma difusão da noção de “proteção à infância”, que impulsionou a criação de associações e instituições que se destinavam ao cuidado e proteção da criança sobre diferentes aspectos e que não mais buscavam apenas a proteção de corpos e almas, como nas Instituições religiosas, mas passaram a buscar a proteção do corpo, da sociedade e da nação.

Dentre estas Instituições, a própria escola, à época denominada escola de primeiras-letas ou isoladas, assim como internatos, asilos ou orfanatos, assumiam a responsabilidade pela estadia diária das crianças até determinada idade, abrangendo desde a saúde e sobrevivência até a educação e instrução, a exemplo do Colégio Nossa Senhora do Amparo destinado ao atendimento de meninas, que existiu no Pará desde o período Colonial, e do Instituto Paraense de Educandos Artífices, que atendia meninos e os ensinava um ofício para o trabalho. Entidades que se preocuparam com o cuidado da infância da pátria imperial e que reconheciam as mazelas a que esses sujeitos eram expostos, além de verem na educação uma possibilidade de proteção (Kuhlmann Jr., 2000), assim como de moldar seus corpos e mentes às ideias nacionais e preparar a mão de obra necessária para o desenvolvimento da nação.

De acordo com Áries (1981, p. 52), por muito tempo se entendeu que “a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida”, por este motivo, bastava-se que a criança conseguisse sobreviver e crescer nos moldes do adulto que se almejava. Por este motivo, as primeiras ações destinadas à educação das crianças apresentaram natureza assistencialista, higienista e protetiva.

A roda dos expostos, por exemplo, foi criada para acolher e proteger as crianças abandonadas, com finalidade de amparar tais crianças, tais instituições destinavam-se ao cuidado com alimentação, higiene e segurança física. Segundo Kramer (1995, p.49) “a ‘Roda’ foi uma instituição criada por Romão Duarte em 1739 para abrigar “almas

inocentes” que tivessem sido abandonadas, enjeitadas ou desamparadas. Também chamada de ‘Casa dos Expostos’ ou ‘Casa dos Enjeitados’”. Segundo Saraiva (2015), no Século XIX, os higienistas, preocupados com grandes níveis de mortes infantis ocorridos nestas instituições, iniciaram uma campanha para sua abolição. De forma judicial a “Roda” permaneceu até o ano de 1874, no entanto, há estudos que revelam que ela permaneceu até anos posteriores.

No entanto, com o fortalecimento da discussão acerca da importância da instrução escolar no segundo reinado, começava a se estruturar a representação da escola como imprescindível para uma ação eficaz com as crianças e a especificidade da educação escolar frente a outras estruturas sociais de formação e socialização (Faria Filho, 2010), que se destinavam a esta proteção. Esse aspecto de fortalecimento da escola como instituição social imprescindível são raízes que implicam na própria característica de sustentabilidade da escola enquanto espaço de proteção, da escola como bem social comum a ser vista e defendida pela sociedade.

Neste contexto, iniciam-se as sugestões relativas a novas Instituições Educativas que derivaram de profissionais liberais como médicos, farmacêuticos, legisladores, juristas, políticos, educadores, religiosos, homens e mulheres, senhoras da sociedade (Kuhlmann, 2003). A criação de creches já surgia como alternativa, sendo inaugurada a primeira creche, como suporte para as mulheres trabalharem na indústria.

No dia 13 de novembro de 1899, foi inaugurada a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ), a primeira creche brasileira destinada a filhos de operários que se tem registro, fruto de recomendações em congresso que abordavam a assistência à infância, com finalidade de regulamentar as relações de trabalho, particularmente do trabalho feminino. (Brito Neto, 2008, p.66).

Além das creches, outras instituições e órgãos oficiais de proteção à infância surgiram no Brasil, mas ainda permaneciam na perspectiva central da assistência social. Dessa forma, a instituição creche assume o caráter protetivo para crianças, mesmo que sua primeira finalidade estivesse em atender à demanda da mulher trabalhadora; o local seguro para guardar-se fez presente. Observa-se também que permanece o caráter assistencialista no processo de proteção institucional. A lógica das creches como estabelecimentos assistencialistas para atender a mãe trabalhadora perdurou por muito tempo no cenário do atendimento institucional destinado a crianças pequenas.

Na década de 1930, o atendimento pré-escolar não despertava interesse na sociedade dominante. Despertava, apenas, consciências individuais para atender as exigências do capitalismo, isto é, para mães que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos, assumindo um caráter marcadamente assistencial. (Brito Neto, 2008, p.66)

No ano de 1943, como forma de amenizar o clima de tensão instalado pelas manifestações organizadas em fábricas, reivindicando melhorias nas condições de trabalho, o Estado cria mecanismos legais na CLT (DL-005.452.1943, Art. 389) estipulando a instauração de creches nos ambientes de trabalho, sob responsabilidade dos empregadores. Inaugura-se, assim, a primeira lei brasileira que determinava a instauração de creches: “o estabelecimento em que trabalhe pelo menos 30 mulheres, na faixa etária entre 16 e 40 anos de idade, é obrigatório possuir um local apropriado onde as funcionárias possam guardar, sob vigilância e assistência, seus filhos, no período da amamentação” (CLT, 1943). Compreende-se que a manutenção do caráter assistencialista da creche não a desqualifica como espaço protetivo; as crianças, filhos e filhas de trabalhadoras, integravam a política social de atenção e proteção.

Nas décadas de 1960 a 1980, no contexto de Belém, capital do Pará, a educação pública da infância permaneceu em espaços intitulados creches, seguindo a perspectiva da mãe trabalhadora, assim como o atendimento compensatório à criança proveniente de família desfavorecida economicamente, ocorria por meio de convênios estabelecidos com centros comunitários, associações de bairros e igrejas. Nessas parcerias, o espaço físico era ofertado por essas instituições, enquanto o poder público era responsável por custear profissionais, materiais didáticos e alimentação, seguindo a perspectiva do programa federal da LBA (Legião Brasileira de Assistência) Creches Casulos.

Dessa forma, as crianças são sujeitos de organizações sociais que, ao longo da história, vivenciaram diretamente as transformações econômicas, políticas e sociais. Cavalcanti (2022, p. 250) aponta que

Em cada experiência de tempo e espaço, os diferentes governantes vão construindo um conjunto de normativas que permite a invenção da escola em suas dimensões físicas, humanas, simbólicas, espaciais e temporais. Ou seja, as normativas definem quais grupos têm acesso à escola, bem como o que deve ou não ser vivenciado em suas dependências.

Com tudo que foi apontado até aqui, percebemos que o mesmo acontece com as crianças, uma vez que a educação fornecida ou não a elas sofreu influência direta da representação social e aspectos históricos, políticos e culturais do espaço e tempo a que pertenciam. Embora o principal marco legal que a reconheça como sujeito histórico social e de direitos seja tardio em nossa história, pois é apenas em 1988, na Constituição Federal, que se configura legalmente a proteção integral às crianças e a obrigatoriedade de ser garantida com absoluta prioridade, pela família, pela sociedade e pelo poder público, após essa constituição o dever do estado para com a proteção da criança vem a ser reafirmado com a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, através do Estatuto da Criança e do Adolescente. Este Estatuto ratifica os dispositivos enunciados na Constituição federal, na proteção integral da criança, em que se reafirma o dever com os cuidados da criança e sua educação e permanece a relação entre educação e proteção.

Cabe pontuar que no final da década de 1980 surge o conceito da Escola como Espaço de Proteção, com uma revitalização do papel da escola na Constituição Federal que reforçou a proteção aos direitos humanos fortalecendo princípios como o de justiça social, proteção e garantia à dignidade humana por meio de direitos (Santos, 2019). A educação enquanto direito que deve ser ofertado de forma obrigatória e universal pelo Estado, entendida como formação comum e indispensável para o exercício da cidadania, se constitui dever social e incorpora a prerrogativa de proteção a esse direito, compreendendo a escola como espaço que acolhe, resguarda, cuida, educa e protege (*idem*, 2019).

Alguns elementos estruturantes da escola como espaço protetivo, sistematizados por Santos, Lima e Vale (2020), podem ser identificados ao longo da história brasileira, reconhecendo a possibilidade de uma historicidade desse conceito. Como é o caso da obrigatoriedade de oferta da educação como dever do Estado de modo obrigatório. Saviani (2010) afirma que a Escola Pública entendida como estatal, concepção que prevalece na atualidade, implica que cabe ao Poder Público a responsabilidade plena de garantir condições pedagógicas e materiais à educação, ou seja, a escola é organizada, sistematizada e mantida pelo Estado, além de abranger todos os graus e ramos do ensino à população.

Embora essa aceção prevaleça a partir do século XX, a educação como obrigatoriedade do Estado começou a surgir ainda no século XVIII, com as reformas pombalinas da instrução pública que determinaram o fechamento dos colégios jesuítas e introduziram as “aulas régias” que deveriam ser mantidas pelo governo, mas que não chegou a ser efetivada devido à escassez de professores com uma formação laica e à insuficiência de recursos financeiros para mantê-las (Saviani, 2013). Essa noção passa a ser difundida ainda no Império brasileiro, sendo promulgada na primeira constituição brasileira, embora ainda não universal (Saviani, 2013), e passa a ser uma pauta pública cada vez mais presente no debate político ao longo da história da República.

Embora esse período não seja democrático, havia, nas décadas finais do século XIX, o reconhecimento da educação como pilar para a consciência de cidadania e atuação na coletividade. Como apontado por Villela (2010), nesse período começava-se a despontar a questão da representatividade eleitoral que previa o voto do alfabetizado, em que vários segmentos sociais se manifestaram sobre a necessidade de um exercício de uma cidadania conscientizada que só seria possível a partir da esfera educacional. Desta forma, buscava-se nesse período criar condições de possibilidade de governabilidade e de acesso a práticas civilizatórias (Faria Filho, 2010). Reconhecendo-se, então, neste período, a relação direta entre a educação e participação política, e iniciando-se os primeiros resquícios de desenvolvimento de uma cultura cívica.

Assim como a preocupação com o cronograma de formação docente e de aperfeiçoamento da prática pedagógica é anterior a este conceito. De acordo com Villela (2010), é no período imperial que se criam as primeiras Escolas Normais, no Estado do Pará em 1871. A década de 70 do século XIX marcou um período de valorização dessas

instituições que implicaram tanto na perspectiva pedagógica que tentava articular um discurso de modernização, como em experiências de inovações, sobretudo estrangeiras, que trouxeram uma nova concepção de espaço escolar e nova forma de organização escolar que indicaram uma forte preocupação com a formação de professores (Villela, 2010). Essa preocupação com a formação se deu ao próprio viés de alargamento das possibilidades de acesso de um número maior de crianças a práticas de escolarização, que implicava, por exemplo, na necessidade de substituição do método individual de ensino por um método mútuo (Faria Filho, 2010).

Com o fortalecimento da discussão acerca da importância da instrução escolar neste período, começava a se estruturar a representação da escola como imprescindível para uma ação eficaz com as crianças e a especificidade da educação escolar frente a outras estruturas sociais de formação e socialização (FARIA FILHO, 2010). Esse aspecto de fortalecimento da escola como instituição social imprescindível que se intensifica no período aqui estudado, são raízes que implicam na própria característica de sustentabilidade da escola enquanto espaço protetivo, da escola como bem social comum a ser vista e defendida pela sociedade.

Um último ponto para reflexão sobre este conceito, trata-se da própria difusão de “proteção à infância” que ocorreu neste período. Houve um impulso de criação de associações e instituições que se destinaram ao cuidado e proteção da criança sobre diferentes aspectos, desde a saúde e sobrevivência à garantia de direitos sociais como a educação e instrução, entidades que se preocuparam com o cuidado da infância da pátria e que reconheciam a mazelas a que esses sujeitos eram expostos e viam na educação uma possibilidade de proteção dos mesmos (KUHLMANN JR., 2010).

Em síntese, o percurso histórico da educação da criança revela uma evolução marcada por transformações sociais, políticas e culturais que moldaram a concepção da escola como um espaço protetivo. Desde os primórdios, a necessidade de regulamentar e universalizar a oferta educacional para a criança como um dever do Estado tornou-se evidente, sendo impulsionada por diversas reformas e movimentos que culminaram na consolidação desse princípio no século XX.

A trajetória, permeada por desafios como a escassez de recursos e a resistência a mudanças, destaca a persistente interseção entre educação, cidadania e participação política. Nos últimos anos do século XIX, a conscientização sobre a importância da instrução para a formação de cidadãos ativos começou a emergir, sendo acompanhada e culminou em um discurso que era carregado pelo ideal da escola como protetora e formadora da infância que percorreu até a consolidação da escola como espaço protetivo no século XX, reforçada pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e que reflete um compromisso renovado com a garantia de condições adequadas para o desenvolvimento pleno das crianças; e a compreensão da escola como um bem social, assegurado pelo Estado e para a promoção de direitos fundamentais.

Ao olharmos para o presente, compreendemos que a escola, para além de seu papel pedagógico, desempenha uma função essencial na proteção integral das crianças e na construção de uma sociedade mais justa. O conceito contemporâneo da “Escola como Espaço de Proteção” ressalta a responsabilidade coletiva em garantir um ambiente educacional seguro, inclusivo e propício ao desenvolvimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso da educação infantil, desde suas origens até a configuração atual, é marcado por uma série de embates, progressos e retrocessos, visando à consolidação desta fase como o primeiro estágio do desenvolvimento humano e à transformação da escola em um direito social e subjetivo. A revisão bibliográfica permitiu compreender que ao longo do tempo, a concepção da Instituição Educativa como um espaço voltado para a proteção da criança passou por transformações significativas. Inicialmente, a atuação estava direcionada às crianças carentes, em consonância com perspectivas médico-higienistas, que visavam o progresso da população por meio de políticas assistencialistas. Essa evolução culminou em um conceito contemporâneo, associado à garantia dos direitos humanos da criança.

É possível identificar avanços significativos na educação da criança ao longo da história, refletindo os ideais sociais de cada período e localidade. Contudo, persistem desigualdades que demandam esforços contínuos da sociedade para assegurar uma educação infantil de qualidade e universal. A necessidade de luta coletiva para superar tais disparidades ressalta a importância de um comprometimento persistente em prol da construção de um ambiente educacional equitativo e inclusivo para todas as crianças.

Em última análise, a história da educação da criança revela não apenas os desafios superados, mas também aponta para a contínua necessidade de adaptação e aprimoramento. Nesse contexto, as Instituições Educativas, em destaque a Escola, surgem e permanecem como um agente crucial na formação e proteção de cidadãos e como órgão que deve se comprometer com o pleno desenvolvimento de suas futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ARIES, P. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 julho. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 06 julho. 2023.

BRITO NETO, G. T. **Infância e direitos fundamentais: a educação infantil como forma de proteção social**. Dissertação de Mestrado- UFPB. João Pessoa. 2008

CAVALCANTI, E. V. A escola como objeto de pesquisa histórica na (e sobre a) região de Carajás: notas iniciais. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 4, 2022.

DAMASCENO, A.; PANTOJA, S.; DOURADO, V. Educação na Amazônia: um balanço das iniciativas de produção historiográfica. **Educação: Teoria e Prática**, v. 33, n. 66, p. e17 [2023]-e17 [2023], 2023.

DAMASCENO, A. *et al.* A história da educação nos programas de pós-graduação em educação na Amazônia: o estado do conhecimento da produção no campo. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 55671-55691, 2021.

FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: (Org) LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010, ed. 4, pp. 135 - 150.

KRAMER, Sônia. **Privação Cultural e Educação Compensatória: Uma análise crítica**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, p. 54-62, 1982.

KRAMER, S. **A política pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN, M. **Histórias da educação infantil brasileira**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v.14, p.5-18, 2000.

KUHLMANN, M. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. FILHO, Luciano Mendes de Faria. VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, , 2003.

LOBO, M. F. "Futuros operários do progresso": Infância Desvalida e Educação no limiar da escravidão (Grão-Pará, 1870-1890). **História, histórias**. V. 8, jul./dez. 2020, p. 88.

MIRANDA, J. I. A educação da criança a partir de uma retrospectiva histórica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, v. 9, n. 4, p. 654-677, 2023.

SANTOS, E. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **Educ. Pesqui**. São Paulo, v. 45, 2019.

SANTOS, E. M. N.; LIMA, F. W. C; VALE, C. Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante. **EccoS - Rev. Cient.**, São Paulo, n. 54, pp. 1-17, jul/set. 2020.

SAVIANI, D. História da escola pública no Brasil: um quadro de referência. In: SAVIANI, D. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2013, cap. X, pp. 119 - 132.

SARAIVA, J. M. A lógica do capital e do Estado na provisão dos meios de consumo coletivo: uma experiência de responsabilidade social no campo da assistência à criança. Recife: Editora UFPE, 2015. 221 p.

VILLELA, H. O. S. O mestre-escola e a professora. In: (Org) LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010, ed. 4, pp. 111 - 133.